



BNP PARIBAS

Prospecto de acordo com Código
ANBIMA de Regulação e Melhores
Práticas para os Fundos de Investimento.

PROSPECTO

BNP PARIBAS T1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

CNPJ/MF nº 09.636.433/0001-02

Base Legal

Os Fundos de Investimento são regidos pela Instrução CVM Nº 409 de 18 de Agosto de 2004 e alterações posteriores.

Classificação CVM: Renda Fixa

Classificação ANBID: Renda Fixa

Conversão / Liquidação

Aplicação: D0

Resgate: D0 / D1

Regime de Cota: Fechamento

IMPORTANTE

“ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ANBIMA PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO AS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). A CONCESSÃO DE REGISTRO PARA VENDA DE COTAS DESTA FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU ADEQUAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO OU DO SEU PROSPECTO À LEGISLAÇÃO VIGENTE OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO OU DE SEU ADMINISTRADOR, GESTOR E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS.”

“O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DA GESTORA DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.”

“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.”


“ESTE FUNDO DE INVESTIMENTO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.”

“O INVESTIMENTO NO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A GESTORA DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR.”

“ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.”



BNP PARIBAS

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

“O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTA FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS. ALTERAÇÕES NESTAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IR INCIDENTE SOBRE A RENTABILIDADE AUFERIDA PELO INVESTIDOR.”

“NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTE FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO”.

“AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTA PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE ESTE ESTÁ EXPOSTO”.

Março/ 2011



Público Alvo

O BNP Paribas T1 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, doravante FUNDO, é destinado a investidores qualificados, assim definidos pela Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores, que tenham por objetivo buscar investimentos com rentabilidade superior ao CDI.

São considerados investidores qualificados:

- instituições financeiras;
- companhias seguradoras e sociedade de capitalização;
- entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- pessoas físicas e jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo I;
- fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados;
- administradores de carteiras e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e
- regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

Objetivo de Investimento

O FUNDO tem por objetivo superar a variação do CDI. Embora a GESTORA empregue toda a sua diligência e técnica no sentido de atingir este objetivo, não há garantia de que o desempenho do FUNDO supere continuamente o CDI.

Política de Investimento

O FUNDO deverá aplicar no mínimo 95% do patrimônio líquido em cotas de Fundos de Investimento da classe Renda Fixa conforme definido na Instrução CVM nº 409 e alterações posteriores. Os restantes 5% do patrimônio, poderão ser mantidos em depósito à vista ou aplicados em :

- Títulos Públicos Federais;
- Títulos de Renda Fixa de emissão de instituição financeira; ou
- Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

O FUNDO poderá aplicar até 100% em cotas de um único fundo de investimento, incluindo aqueles administrados pelo ADMINISTRADOR, GESTORA ou empresas a eles ligada.

O FUNDO investe preponderantemente no BNP Paribas Termo Fundo de Investimento Renda Fixa, doravante FI TERMO, cuja política de investimento é a de aplicar no mínimo 80% de seu patrimônio líquido, ativos financeiros relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, aos principais fatores de risco da carteira do FUNDO representados pela variação da taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos. Além disso, o FI TERMO adota as seguintes políticas gerais:

- Realizar preponderantemente operações simultâneas de compra de à vista de ações e venda à termo das mesmas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A resultanto em rendimento pré-determinado e operações nos mercados de derivativos de taxa de juros.;
- Investir seletivamente em títulos de renda fixa de emissores privados, tais como debêntures, notas promissórias, certificados de depósito e operações compromissadas, bem como em outros instrumentos de investimento de renda fixa, tais como operações de liquidação futura;
- Realizar operações em mercado de derivativos desde que não gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido.
- Obedecer as vedações contidas na regulamentação aplicável a administração de recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- O ADMINISTRADOR e a GESTORA estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da carteira do FUNDO.

Limites de concentração por emissor:

Emissor	Limite
União Federal;	100%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen;	20%
Companhia aberta;	10%
Fundo de Investimento;	10%



Pessoa física ou jurídica de direito privado.	5%
---	----

Limite de Concentração por modalidade de ativo financeiro:

Ativo Financeiro	Mínimo	Máximo
I - Títulos públicos federais, operações compromissadas lastreadas nestes títulos e ativos com baixo risco de crédito;	80%	100%
II - Contratos de derivativos, exceto se referenciados nos ativos listados no item V abaixo;	0%	100%
III - Valores mobiliários diversos, desde que registrados na CVM e objeto de oferta pública de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 2003, observado, ainda, o disposto no inciso II, do §10 do artigo 86 da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores;	0%	100%
IV – Títulos de responsabilidade de emissores privados, ou de emissores públicos outros que não a União Federal;	0%	50%
V - FIs, FICs, FIIs, FIDCs, FIC-FIDCs, cotas de fundos de índice admitidos à negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado; CRI; Ouro, desde que adquirido ou alienado em negociações realizadas em bolsas de mercadorias e futuros; outros ativos financeiros não previstos acima, desde que permitidos no § 1º do artigo 2º da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores;	0%	20%
VI - Ativos Financeiros emissão do ADMINISTRADOR, da GESTORA ou de empresa eles ligada.	0%	20%

Processo de Seleção de Ativos

O processo de seleção de ativos de Fundos de Investimento administrados tanto pelo ADMINISTRADOR, como por outras instituições tem início através de uma criteriosa análise quantitativa levando-se em conta, mas não se limitando à rentabilidade ajustada ao risco, volatilidade e evolução do patrimônio do FUNDO. Posteriormente, o processo é seguido de uma análise qualitativa onde são atribuídas “notas”, de 1 a 10, adotando quatro critérios com pesos diferentes: (i) experiência da equipe de gestão de carteira dos Fundos de Investimento; (ii) estrutura dos gestores de carteira dos Fundos de Investimento; (iii) transparência das informações; e (iv) adequação às normas de controles internos - compliance. De ambas as análises mencionadas, resulta-se a pré-seleção dos Fundos de Investimento que poderão compor a carteira do FUNDO, os quais são finalmente submetidos ao Comitê de Aprovação.

Riscos assumidos pelo FUNDO

O FUNDO investe seus recursos no FI TERMO, que assume os riscos descritos a seguir:

- Risco de Mercado: consiste na variação dos preços dos ativos decorrentes das condições de mercado quando de sua negociação. Como o FI TERMO contabiliza seus ativos pelo “valor de mercado”, poderá haver variação expressiva no preço dos títulos entre a data de sua emissão ou aquisição e a de resgate ou vencimento. As oscilações poderão ocorrer em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos ativos da carteira do FI TERMO. Nessas circunstâncias, o patrimônio líquido do FI TERMO pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos ativos integrantes da carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos ativos, passivos e dos derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado do FI TERMO.
- Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplência por parte das contrapartes e dos emissores dos títulos componentes da carteira do FI TERMO, não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas, podendo resultar em perda dos rendimentos e do capital investido pelo FI TERMO. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos títulos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez. O FI TERMO poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários.



- Risco de Liquidez: É caracterizado pela redução acentuada ou mesmo pela impossibilidade de negociação das posições componentes da carteira do FI TERMO, dificultando ou impedindo a venda de posições pela GESTORA no preço e no momento desejado. A ausência e/ou diminuição da “liquidez” pode produzir perdas para o FI TERMO e/ou a incapacidade, pelo **FUNDO**, de liquidar resgates solicitados e/ou precificar adequadamente determinadas posições.
- Risco de Derivativos: Os derivativos são contratos de liquidação futura que podem apresentar, durante períodos de tempo indeterminado, comportamento diversos dos ativos nos quais são referenciados, visto que seu preço é decorrente de diversos fatores baseados em expectativas futuras. Portanto, a exposição a esse ativo poderá causar variação na rentabilidade do FI TERMO. Adicionalmente, os derivativos são negociados em bolsas ou em mercado de balcão, que significa para o FI TERMO: (i) a necessidade de manter parte de sua carteira de títulos depositada em margens de garantia, inclusive sujeito a chamadas adicionais de margens; e (ii) a vinculação dos eventuais valores a receber destes contratos aos sistemas de garantias das bolsas ou dos contratos de balcão em que o FI TERMO for contraparte.
- Risco de Concentração por emissor: O FI TERMO pode estar exposto à significativa concentração, respectivamente, em ativos de um mesmo emissor ou em determinadas modalidades de ativos, observadas as disposições constantes da regulamentação em vigor. A concentração da carteira do FI TERMO acarreta o comprometimento de uma parcela maior de seu patrimônio em ativos de um único ou de poucos emissores ou em uma única ou em poucas modalidades de ativos, potencializando, desta forma, o risco nas hipóteses, respectivamente, de inadimplemento dos emissores dos ativos integrantes da carteira do FI TERMO e/ou intermediários das operações realizadas na carteira do FI TERMO ou de desvalorização dos referidos ativos.
- Risco de Enquadramento Fiscal: em função do objetivo da GESTORA em perseguir uma tributação definida como “Longo Prazo” (ver “Regras de Tributação – Tributação Aplicável ao Fundo e a seus Cotistas”), o FI TERMO poderá sofrer de modo mais acentuado o impacto de uma eventual depreciação no valor de mercado dos títulos de maior prazo de resgate, até que a GESTORA decida por reduzir o prazo médio do FI TERMO. Tal redução, no entanto, poderá implicar em aumento de tributação para os cotistas, independente do prazo de permanência no FI TERMO.

Além dos riscos acima, o FI TERMO poderá estar sujeito a outros riscos inerentes à aplicação em ativos financeiros em geral que podem afetar adversamente o desempenho do FI TERMO e suas características operacionais.

Política de Administração de Risco

O FUNDO investe a totalidade de seus recursos no FI TERMO, cuja política de administração de riscos é descrita a seguir:

- Risco de Mercado: O gerenciamento do risco de mercado assumido pelo FI TERMO é efetuado principalmente através de duas medidas: perda esperada em cenários de stress (Stress testing) e V@R (Value at Risk). A perda esperada em cenários de stress é calculada através da simulação dos efeitos produzidos na carteira frente a cenários de mercado adversos. Os referidos cenários estão baseados no modelo de margens da BM&F que são definidos através de seu Comitê de Risco, e projetam oscilações máximas e mínimas para os mercados em que o FI TERMO. Adicionalmente o gerenciamento de risco é efetuado através da utilização de modelos estatísticos que visam projetar, em condições normais de mercado, a máxima perda provável para o portfólio de investimentos do FI TERMO, num dado horizonte de tempo, para um intervalo de confiança definido (V@R – Value at Risk). Estas simulações são efetuadas em base diária, de modo a projetar o risco assumido pelo FI TERMO com base em sua carteira atualizada.
- Risco de Crédito: A GESTORA utiliza uma política de atribuição de limites proporcionais à sua avaliação da qualidade do crédito dos títulos e emissores. Essa política contempla os seguintes critérios:
 - Limite (em percentual do patrimônio do FI TERMO) por emissor ou título;
 - Limite (em Reais) por emissor;
 - Limite (em percentual do patrimônio do FI TERMO) por emissor ou títulos na mesma categoria;
 - Limite (em percentual) do montante da emissão ou do patrimônio do emissor.

O FI TERMO não adota nenhuma política específica para administrar os demais riscos. Independente do sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FI TERMO e para o investidor.

Percentual máximo de cotas que pode ser detido por um único cotista

O FUNDO não possui restrição quanto ao limite de cotas que pode ser detido por um único cotista.



Regras de Movimentação

- Aplicações podem ser efetuadas até as 15:30 horas e serão convertidas em cotas com base no valor da cota do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao ADMINISTRADOR.
- Não há prazo de carência para resgate.
- O resgate de cotas do FUNDO será efetivado no 1º dia útil subsequente ao da respectiva solicitação pelo condômino, devendo ser utilizado no resgate o valor da cota em vigor no próprio dia da solicitação, desde que requisitados até às 15:30 horas.
- Para fins de resgate, as cotas do FUNDO terão seu valor diariamente atualizado, contado da data da emissão das cotas.
- Quando a solicitação, conversão ou liquidação de resgate coincidir com feriado estadual e/ou municipal onde estiver sediado o ADMINISTRADOR, as mesmas poderão ser efetivadas no 1º dia útil subsequente.
- Valor mínimo de aplicação inicial : R\$ 50.000,00
- Valor máximo de aplicação : não há
- Valor mínimo de movimentação : R\$ 5.000,00
- Saldo mínimo : R\$ 5.000,00

Possibilidade de fechamento do FUNDO:

- É facultado ao ADMINISTRADOR suspender, a qualquer momento, novas aplicações no FUNDO, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.
- Em casos excepcionais de iliquidez de ativos componentes da carteira do FUNDO, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar na alteração do tratamento tributário do FUNDO ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o ADMINISTRADOR poderá declarar o fechamento do FUNDO para realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembléia Geral Extraordinária.
- O ADMINISTRADOR poderá, inclusive em feriados municipais e estaduais na sede do ADMINISTRADOR, suspender ou recusar a admissão de novos condôminos e/ou o recebimento de novos depósitos, no todo ou em parte, em defesa dos interesses do FUNDO, sem que para tanto necessite apresentar qualquer tipo de justificativa e desde que a suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

Taxas

- Taxa de administração: O FUNDO tem taxa de administração de 0,30% a.a. sobre o patrimônio líquido diário (base 252 dias). A taxa de administração é apropriada diariamente e o pagamento é efetuado mensalmente pelo FUNDO ao ADMINISTRADOR e demais prestadores de serviços.
- Taxa de Performance: Será cobrada taxa de performance de 20%, semestralmente no último dia útil dos meses de dezembro e junho ou no resgate total ou parcial das cotas (o que ocorrer primeiro), sobre a rentabilidade da carteira líquida de taxa de administração e despesas que exceder à variação do CDI Cetip. A fórmula para cálculo da taxa de performance é : $TD = \{VA - [VB \times (1 + CDI)]\} \times 20\%$

TD = Taxa de desempenho

VA = Valor atualizado do investimento após a dedução de todas as despesas, inclusive da taxa de administração na data base da apuração da taxa de desempenho.

VB = Valor base, representado pelo valor do investimento corrigido pela variação do CDI CETIP no período entre a data de aquisição das cotas e a última data base de apuração da taxa de desempenho; ou o valor atualizado do investimento na data em que tenha havido a última cobrança efetiva da taxa de desempenho; ou o valor do investimento caso a data de aquisição de cotas seja posterior a data da última apuração da taxa de desempenho.

CDI = Variação percentual do CDI CETIP desde a data da última apuração da taxa de desempenho; ou variação percentual do CDI CETIP desde a data de aquisição de cotas quando esta for posterior a data da última apuração da taxa de desempenho, ambos representados pelo produtório de 100% das taxas diárias do CDI CETIP

CDI CETIP = Variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Será calculada individualmente em relação a cada cotista e, separadamente por nota de aquisição de cotas. Considera-se nota de aquisição de cotas a totalidade de cotas adquiridas numa mesma data. A taxa de performance será devida sempre que o valor resultante da fórmula acima for positivo e que o valor da



cota do FUNDO for superior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada. A taxa de desempenho será apropriada por dia útil como despesa do FUNDO e conseqüentemente refletida no valor divulgado da cota.

- Taxas de Ingresso e de Saída: não há

Constituirão encargos do FUNDO, além das taxas acima, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos, obrigações e operações dos FUNDO;
- Despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento do FUNDO ou na regulamentação pertinente;
- Despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos condôminos;
- Honorários e despesas com auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras e contas do FUNDO, da análise de sua situação e da atuação do ADMINISTRADOR;
- Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- Honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação caso o FUNDO venha a perder a ação;
- Parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- Despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do FUNDO pelo ADMINISTRADOR ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o FUNDO detenha participação;
- Despesas com custódia e liquidação de operações com títulos mobiliários de demais ativos financeiros;
- Despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores imobiliários;

As despesas acima relacionadas estão disponíveis para todos os cotistas nas demonstrações financeiras do FUNDO e poderão ser solicitadas ao ADMINISTRADOR a qualquer momento. Diariamente é divulgada a cota FUNDO, que já se encontra líquida da Taxa de Administração e demais despesas. A cota divulgada não é líquida de impostos.

Breve Histórico do ADMINISTRADOR e da GESTORA

Administrador: Banco BNP Paribas Brasil S.A., filial do BNP Paribas, instituição financeira internacional, maior banco privado da França e um dos maiores da Europa, presente em mais de oitenta países, no Brasil há mais de 50 anos através de um escritório de representação e desde 1996 como banco múltiplo. Em 10 de dezembro de 2008, a Standard & Poor's Rating Services, atribuiu em sua escala nacional o rating de crédito de contraparte 'brAAA' ao Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Gestora: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., empresa devidamente registrada por meio do Ato Declaratório CVM nº 5032 datado de 03/09/1998, é controlada pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A e pelo BNP Paribas Asset Management Group S.A.S., subsidiária do Grupo BNP Paribas para a gestão internacional de ativos. O BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda. iniciou suas atividades em junho de 1998 e conta com equipe especializada para atuar na gestão de ativos tanto no mercado interno, como no mercado externo, sendo uma das maiores gestoras de fundos de investimento do Brasil, segundo o ranking de gestão da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Regras de Tributação - Tributação aplicável ao FUNDO e a seus cotistas

A tributação aplicável ao FUNDO e a seus cotistas será aquela definida na legislação tributária em vigor no país. Na data de publicação deste prospecto, as tributações aplicáveis são:

- Imposto sobre Operações Financeiras – IOF: Incide sobre o valor do resgate da aplicação com alíquotas decrescentes, sendo a tributação limitada ao rendimento apurado, desde o 1º até o 29º dia a partir da data da aplicação.

- Imposto de Renda – Incide sobre o rendimento da aplicação, descontado o IOF, com alíquotas que vão de 22,5% a 15%, em função do prazo de permanência da aplicação e do prazo médio da carteira do FUNDO.

- Situação A: Caso o prazo médio da carteira de títulos do FUNDO, definido de acordo com a legislação aplicável, seja inferior à 365 dias, as alíquotas aplicáveis são:



BNP PARIBAS

Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

- I – 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias;
- II – 20%, em aplicações com prazo acima de 181 dias.

Independentemente de resgates de cotas, incidirá IR sobre os rendimentos no último dia dos meses de maio e novembro de cada ano à alíquota de 20%. Por ocasião dos resgates de cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos itens I e II acima.

- Situação B: Caso o prazo médio da carteira de títulos do FUNDO, definido de acordo com a legislação aplicável, seja superior à 365 dias, as alíquotas aplicáveis são:

- I – 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias;
- II – 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias;
- III – 17,5%, em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias;
- IV – 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Independentemente de resgates de cotas, incidirá IR sobre os rendimentos no último dia dos meses de maio e novembro de cada ano à alíquota de 15%. Por ocasião dos resgates de cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos itens I a IV acima.

Pode haver tratamento tributário diferenciado de acordo com a natureza jurídica do cotista ou de acordo com a natureza da operação contratada pelo FUNDO. O cotista que de acordo com a legislação fiscal e tributária não estiver sujeito à tributação do imposto de renda e do IOF por motivo de isenção, tributação pela alíquota zero, imunidade e outros, deverá apresentar ao ADMINISTRADOR documentação comprobatória da sua situação tributária conforme as determinações da legislação.

Política a ser adotada pelo ADMINISTRADOR quanto ao tratamento tributário perseguido

A GESTORA buscará, em conjunto com os objetivos de investimento do FUNDO, manter o prazo médio da carteira adequado à situação B. Não obstante, em função de condições de mercado e baseado na sua avaliação da conjuntura, a GESTORA poderá reduzir o prazo médio da carteira como estratégia de redução de risco da carteira do FUNDO. Neste caso, a tributação do FUNDO poderá ser a prevista na situação A.

Ressalvas Importantes sobre a Tributação:

Lembramos ao leitor deste prospecto que a legislação tributária brasileira tem sido modificada de modo muito frequente, inclusive através do uso de Medidas Provisórias. Dessa forma, nos comprometemos a atualizar o presente prospecto com a maior brevidade em caso de modificações legais, porém, por ocasião de resgate e/ou aplicação no FUNDO, recomendamos ao leitor que verifique o disposto na legislação fiscal vigente. As regras tributárias incidentes sobre Fundos de Investimentos são bastante complexas, e por mais que tenhamos tentado fazer uma síntese de suas principais características, por questões de espaço e clareza, não incluímos neste Prospecto todos os detalhes da legislação aplicável.

Portanto, recomendamos ao leitor verificar em detalhe qual a tributação aplicável antes de tomar a decisão sobre qual fundo investir.

Prestadores de Serviços

- Administrador: Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- Gestora: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.;
- Custodiante: Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- Controlador: Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- Distribuidor: O principal distribuidor do FUNDO é o Banco BNP Paribas Brasil S/A Suas cotas também são distribuídas por outras instituições*;
- Responsável pelo registro escritural de cotas: Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- Responsável pelas atividades de tesouraria e de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários: Banco BNP Paribas Brasil S/A;
- Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes;

* Detalhes podem ser obtidos junto à área de atendimento, cujas referências estão no final deste prospecto.

Política de Exercício de Voto

A GESTORA adota Política de Exercício de Direito de Voto em Assembléias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Referida política orienta as decisões da GESTORA em Assembléias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam ao FUNDO o direito de voto. Sua versão integral pode ser acessada através do site www.bnpparibas.com.br.



A Política de Exercício do Direito de Voto adotada pela GESTORA visa atender exclusivamente os interesses dos cotistas dos fundos, levando em conta as melhores práticas de governança. A GESTORA pode abster-se do exercício de voto obedecendo as exceções previstas no Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento e na sua Política de Exercício de Voto.

Política de Distribuição de Resultados

O FUNDO, incorporará dividendos, juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos e/ou operações que integrem a carteira do FUNDO, ao seu patrimônio líquido. Não há previsão para amortização de cotas do FUNDO.

Exercício Social

Os resultados do FUNDO em exercícios anteriores (resultados do FUNDO, demonstrações contábeis, relatórios do ADMINISTRADOR e demais documentos), podem ser obtidos junto à área de atendimento, cujas referências estão no final deste prospecto.

Política de Divulgação de Informações

O ADMINISTRADOR do FUNDO está obrigado a:

- I – divulgar, diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do FUNDO;
- II – remeter mensalmente aos cotistas extrato da conta, salvo se o cotista expressamente optar pelo não recebimento;
- III – disponibilizar, de forma equânime entre todos os cotistas, as informações do FUNDO, inclusive as relativas à composição da carteira, mensalmente e em até 10 dias após o encerramento do mês a que se referir;

O ADMINISTRADOR adota ainda as seguintes práticas:

- Caso o FUNDO possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela divulgação prevista no inciso III acima e no parágrafo terceiro abaixo, o demonstrativo da composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua percentagem sobre o total da carteira.
- As operações omitidas com base no parágrafo anterior deverão ser colocadas à disposição dos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o encerramento do mês.
- As informações relacionadas aos ativos e à composição da carteira do FUNDO, bem como eventuais outras informações, poderão ser disponibilizadas aos Cotistas e/ou demais interessados que assim o solicitar, via meio eletrônico, facsímile, ou correspondência, estando o referido o envio, todavia, sujeito a análise de conveniência e viabilidade por parte do ADMINISTRADOR.
- Para potenciais cotistas e demais interessados poderão ser prestadas informações relativas ao FUNDO, desde que disponibilizadas aos cotistas, de forma equânime, através dos meios de comunicação constantes neste documento ou mediante solicitação na sede do ADMINISTRADOR.

Atendimento ao Cotista

Fone: (0xx11) 3049-2820

E-mail: mesadeatendimento@br.bnpparibas.com

Ouvidoria

Fone: 0800-7715999

E-mail: ouvidoria@br.bnpparibas.com



REGULAMENTO DO

BNP PARIBAS T1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

CNPJ/MF nº 09.636.433/0001-02

**CAPÍTULO I
DO FUNDO**

Artigo 1º - O **BNP PARIBAS T1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA**, doravante designado abreviadamente **FUNDO**, é uma comunhão de recursos constituída sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, e regido pelo presente Regulamento bem como pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

**CAPÍTULO II
DO PÚBLICO ALVO**

Artigo 2º – O **FUNDO** é destinado a investidores qualificados assim definidos pela Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores. Neste sentido, é admitido a utilização de títulos e valores mobiliários na integralização e resgate de cotas.

**CAPÍTULO III
DA ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 3º - O **FUNDO** é administrado pelo **BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.**, instituição financeira privada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 9º a 14º andares, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.522.368/0001-82, devidamente autorizado a funcionar no país através da Autorização de Funcionamento nº 96.00639119, datada de 16 de Outubro de 1996, doravante designado **ADMINISTRADOR**.

Artigo 4º - É da competência do **ADMINISTRADOR**:

I – diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:

- (a) o registro de cotistas;
- (b) o livro de atas das assembléias gerais;
- (c) o livro ou lista de presença de cotistas;
- (d) os pareceres do auditor independente;
- (e) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do **FUNDO**; e
- (f) a documentação relativa às operações do **FUNDO**, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

II – no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;

III – pagar a multa cominatória, nos termos da legislação vigente, por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação pertinente;

IV – elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo VII da Instrução CVM nº 409/04;



V – manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo **FUNDO**, bem como as demais informações cadastrais;

VI – custear as despesas de propaganda do **FUNDO**, inclusive com a elaboração do Prospecto;

VII – manter serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações;

VIII – observar as disposições constantes do Regulamento e do Prospecto;

IX – cumprir as deliberações da assembleia geral; e,

X – fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo **FUNDO**.

Artigo 5º - O **ADMINISTRADOR**, ressalvado os poderes conferidos aos prestadores de serviços do **FUNDO** abaixo mencionados, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem assim para exercer todos os direitos inerentes aos ativos financeiros e às modalidades operacionais que integrem sua carteira. Poderá, igualmente, abrir e movimentar contas bancárias, adquirir e alienar livremente títulos e valores mobiliários, transigir e praticar, enfim, todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, de acordo com os interesses e objetivos sociais, observadas as limitações legais deste Regulamento.

Parágrafo Único – O **ADMINISTRADOR** é responsável pela administração do **FUNDO** e, sem prejuízo do disposto neste Capítulo, o **ADMINISTRADOR** tem poderes para representar o **FUNDO**, em juízo e fora dele.

Artigo 6º - O **ADMINISTRADOR** pode contratar, em nome do **FUNDO**, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, empresas para a prestação dos seguintes serviços:

- (a) gestão da carteira do **FUNDO**;
- (b) consultoria de investimentos;
- (c) atividades de tesouraria, de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários;
- (d) distribuição de cotas;
- (e) escrituração da emissão e resgate de cotas;
- (f) classificação de risco por agência especializada constituída no País; e
- (g) custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros;

Artigo 7º - A gestão da carteira do **FUNDO** será realizada pela **BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.**, sociedade empresária, devidamente autorizada a prestar o serviço de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM nº 5032 datado de 03/09/1998 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.562.663/0001-25, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 14º andar, 04543-000, doravante designada **GESTORA**.

Parágrafo Único – A **GESTORA** poderá exercer todo e qualquer direito inerente aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**, especialmente, mas não se limitando, ao comparecimento e exercício do direito de voto, a seu próprio critério, nas reuniões ou assembleias gerais dos fundos de investimento ou companhias em que o **FUNDO** invista.



Artigo 8º - Os serviços de (i) custódia e controladoria dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do **FUNDO**, (ii) distribuição e (iii) escrituração da emissão e resgate de cotas do **FUNDO** serão realizados pelo próprio **ADMINISTRADOR**, já qualificado acima.

Parágrafo Primeiro – O serviço de auditoria independente do **FUNDO** será realizado pela **KPMG Auditores Independentes**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33,17º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001.29.

Parágrafo Segundo – Detalhes sobre os demais prestadores de serviços estão dispostos no Prospecto do **FUNDO**.

Artigo 9º - O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** estão obrigados a adotar as seguintes normas de conduta:

I – exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o **FUNDO**, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do **FUNDO**, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão;

II – exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do **FUNDO**, ressalvado o que dispuser o Regulamento sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do **FUNDO**; e

III – empregar, na defesa dos direitos dos cotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis.

Parágrafo único - O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** devem transferir ao **FUNDO** qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição, admitindo-se, contudo, que o administrador e o gestor de fundo de cotas sejam remunerados pelo administrador do fundo investido.

Artigo 10 - O **ADMINISTRADOR** pode renunciar à administração do **FUNDO** mediante imediata convocação de assembléia geral para eleger seu substituto. O **ADMINISTRADOR** deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de liquidação do **FUNDO** pelo **ADMINISTRADOR**.

CAPÍTULO IV DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 11 - O objetivo precípua do **FUNDO** é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros. A alocação do **FUNDO** deverá obedecer as diretrizes de diversificação de investimentos estabelecidas neste Regulamento e na regulamentação em vigor, bem como as vedações aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Parágrafo Primeiro – Fica desde já estabelecido que o **ADMINISTRADOR** não será responsável pela observância e controle dos limites de investimentos exigidos aos cotistas que sejam Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em particular aqueles relacionados à carteira consolidada ou calculados em relação ao seu patrimônio total. Para os fins deste Regulamento, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no § 1º do artigo 2º da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores.

Parágrafo Segundo - Os Fundos de Investimento em que o **FUNDO** aplica poderão conter ativos cuja liquidação possa se dar por meio da entrega de produtos, mercadorias ou serviços, desde que:

I – sejam negociados em bolsa de mercadorias e futuros que garanta sua liquidação, observado o disposto no §5º do artigo 16 da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores; ou



II – sejam objeto de contrato que assegure ao **FUNDO** o direito de sua alienação antes do vencimento, com garantia de instituição financeira ou de sociedade seguradora, observada, neste último caso, a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Parágrafo Terceiro – Somente poderão compor a carteira do **FUNDO** ativos financeiros admitidos a negociação em bolsa de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência. Não dependerão do registro de que trata o *caput*, as cotas de fundos de investimento aberto.

Parágrafo Quarto – O registro a que se refere o Parágrafo Segundo deste Artigo deverá ser realizado em contas de depósito específicas, abertas diretamente em nome do **FUNDO**.

Artigo 12 - Não obstante a diligência do **ADMINISTRADOR** em colocar em prática a política de investimento delineada neste Capítulo, os investimentos do **FUNDO**, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a flutuações do mercado e a riscos de crédito, não podendo o **ADMINISTRADOR**, em hipótese alguma, ser responsabilizado por eventual depreciação dos ativos da carteira ou prejuízo em caso de liquidação do **FUNDO** ou resgate de cotas.

Parágrafo Primeiro - As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia do **ADMINISTRADOR**, nem tampouco, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo Segundo - Existe a possibilidade de realização de operações que coloquem em risco o patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo ocorrer variações negativas no valor da cota e perda do capital investido.

CAPÍTULO V DA DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13 - Deverá ser observado que, no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO** deverá ser alocado em cotas de Fundos de Investimento da classe RENDA FIXA conforme definido na Instrução CVM nº 409 e alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro – Os restantes 5% (cinco por cento) do patrimônio do **FUNDO** poderão ser mantidos em depósito à vista ou aplicados em:

I - Títulos Públicos Federais;

II - Títulos de Renda Fixa de emissão de instituição financeira; ou

III - Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Parágrafo Segundo – O **FUNDO** não poderá deter diretamente mais de 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido em títulos ou valores mobiliários de emissão do **ADMINISTRADOR**, da **GESTORA** ou de empresa eles ligada.

Parágrafo Terceiro – O **FUNDO** poderá aplicar até 100% (cem por cento) em cotas de um único fundo de investimento, incluindo aqueles administrados pelo **ADMINISTRADOR**, **GESTORA** ou empresas a eles ligada.



Parágrafo Quarto – O **FUNDO** poderá investir em Fundos de Investimento que podem realizar operações em mercados de derivativos cujos níveis de exposição a risco não gere exposição superior a 01 (uma) vez o respectivo patrimônio.

Parágrafo Quinto – O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da carteira do **FUNDO**.

Artigo 14 - Os limites referidos no Artigo 13 serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do **FUNDO** do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE ATIVOS

Artigo 15 – O processo de seleção de ativos de Fundos de Investimento ("FIs") administrados tanto pelo **ADMINISTRADOR**, como por outras instituições tem início através de criteriosa análise quantitativa levando-se em conta, mas não se limitando à rentabilidade ajustada ao risco, volatilidade e evolução do patrimônio dos FIs. Posteriormente, o processo é seguido de uma análise qualitativa onde são atribuídas "notas", de 1 a 10, adotando quatro critérios com pesos diferentes: (i) experiência da equipe de gestão de carteira dos FIs; (ii) estrutura dos gestores de carteira dos FIs; (iii) transparência das informações; e (iv) adequação às normas de controles internos - compliance. De ambas as análises mencionadas resulta-se a pré-seleção dos FIs que poderão compor a carteira do **FUNDO**, os quais são finalmente submetidos ao Comitê de Aprovação da **GESTORA**.

CAPÍTULO VII DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCO E MÉTODOS UTILIZADOS PARA GERENCIAMENTO

Artigo 16 – A Política de administração de risco e os métodos utilizados para este gerenciamento é realizado da seguinte forma:

- Risco de Mercado: O gerenciamento do risco de mercado assumido pelo **FUNDO** é efetuado principalmente através de duas medidas: perda esperada em cenários de *stress* (*Stress testing*) e *V@R* (*Value at Risk*). A perda esperada em cenários de stress é calculada através da simulação dos efeitos produzidos na carteira frente a cenários de mercado adversos. Os referidos cenários estão baseados no modelo de margens da BM&F que são definidos através do Comitê de Risco da **GESTORA**, e projetam oscilações máximas e mínimas para os mercados em que o **FUNDO** atua. Adicionalmente o gerenciamento de risco é efetuado através da utilização de modelos estatísticos que visam projetar, em condições normais de mercado, a máxima perda provável para o portfólio de investimentos do **FUNDO**, num dado horizonte de tempo, para um intervalo de confiança definido (*V@R* – *Value at Risk*). Estas simulações são efetuadas em base diária, de modo a projetar o risco assumido pelo **FUNDO** com base em sua carteira atualizada.

- Risco de Crédito: A **GESTORA** utiliza uma política de atribuição de limites proporcionais à sua avaliação da qualidade do crédito dos títulos e emissores. Essa política contempla os seguintes critérios:

- Limite (em percentual do patrimônio do **FUNDO**) por emissor ou título;
- Limite (em Reais) por emissor;
- Limite (em percentual do patrimônio do **FUNDO**) por emissor ou títulos na mesma categoria;
- Limite (em percentual) do montante da emissão ou do patrimônio do emissor.

Parágrafo Único – O **FUNDO** não adota nenhuma política específica para administrar os demais riscos. Independente do sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o investidor.



CAPÍTULO VIII DA REMUNERAÇÃO AO ADMINISTRADOR

Artigo 17 - O **ADMINISTRADOR** receberá a título de taxa de administração, pela prestação de seus serviços de administração, valor máximo equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, sobre o valor do patrimônio líquido do **FUNDO** (base 252 dias), independente do resultado deste e que deverá remunerar também os prestadores de serviços relacionados no Artigo 6º, alíneas (a) a (f) deste Regulamento, eventualmente contratados em nome do **FUNDO**.

Parágrafo Primeiro - A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, sendo paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo Segundo - Não serão cobradas taxa de saída e de ingresso.

Artigo 18 - O **ADMINISTRADOR** perceberá, ainda, a título de taxa de desempenho de 20% (vinte por cento), a ser cobrada semestralmente no último dia útil dos meses de dezembro e junho ou no resgate total ou parcial das cotas (o que ocorrer primeiro), sobre a rentabilidade da carteira líquida de taxa de administração e despesas que exceder à variação do CDI Cetip. A fórmula para cálculo da taxa de performance é :

$$TD = \{VA - [VB \times (1 + CDI)]\} \times 20\%$$

Onde :

TD = Taxa de desempenho

VA = Valor atualizado do investimento após a dedução de todas as despesas, inclusive da taxa de administração na data base da apuração da taxa de desempenho.

VB = Valor base, representado pelo valor do investimento corrigido pela variação do CDI CETIP no período entre a data de aquisição das cotas e a última data base de apuração da taxa de desempenho; ou o valor atualizado do investimento na data em que tenha havido a última cobrança efetiva da taxa de desempenho; ou o valor do investimento caso a data de aquisição de cotas seja posterior a data da última apuração da taxa de desempenho.

CDI = Variação percentual do CDI CETIP desde a data da última apuração da taxa de desempenho; ou variação percentual do CDI CETIP desde a data de aquisição de cotas quando esta for posterior a data da última apuração da taxa de desempenho, ambos representados pelo produtório de 100% (cem por cento) das taxas diárias do CDI CETIP

CDI CETIP = Variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Parágrafo Primeiro - A taxa de desempenho será calculada individualmente em relação a cada cotista e, separadamente por nota de aquisição de cotas.

Parágrafo Segundo - Para efeito do disposto no parágrafo anterior, considera-se nota de aquisição de cotas a totalidade de cotas adquiridas numa mesma data.

Parágrafo Terceiro - A taxa de desempenho será cobrada semestralmente ou no resgate total ou parcial das cotas, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Quarto - A taxa de desempenho será devida sempre que o valor resultante da fórmula definida no *caput* for positivo e que o valor da cota do **FUNDO** for superior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada.

Parágrafo Quinto – Para efeito do disposto no parágrafo anterior, será considerado como início do período, a última data base utilizada para apuração da taxa de desempenho em que houve o efetivo pagamento, ou a data de aquisição de cotas, e como término do período, a data base da apuração corrente da taxa de desempenho, inclusive, ou a data de resgate parcial ou total de cotas.



Parágrafo Sexto - No caso de aquisição de cotas posterior à última data base, a taxa de desempenho será apurada no período entre a data de aquisição das cotas e a data base da apuração da taxa de desempenho e será devida sempre que o valor resultante da fórmula definida no *caput* for positivo mesmo que o valor da cota do **FUNDO** não seja superior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada, sendo cobrada independentemente da cobrança da taxa de desempenho incidente sobre as cotas existentes no início do período.

Parágrafo Sétimo - As datas base para efeito de cobrança da taxa de desempenho correspondem ao último dia útil dos meses de dezembro e junho. A data base para efeito de cobrança da taxa de desempenho apuradas em função dos resgates corresponde ao último dia útil do mês em que a apuração for efetuada.

Parágrafo Oitavo - Caso haja resgate parcial ou total de cotas em qualquer data que não as utilizadas para aferição e pagamento da taxa de desempenho semestral, o cálculo será efetuado com base na variação do valor da cota e do CDI CETIP, no período decorrido desde o final do período anterior ou a data de aquisição de cotas quando esta for posterior a data da última apuração da taxa de desempenho, até a data do resgate de cotas.

Parágrafo Nono - A taxa de desempenho será apropriada por dia útil como despesa do **FUNDO** e conseqüentemente refletida no valor divulgado da cota.

CAPÍTULO IX DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 19 - Constituirão encargos do **FUNDO**, além das remunerações previstas no Capítulo VIII, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas diretamente:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

II - despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, e informações periódicas, inclusive extrato mensal;

III - despesas com correspondência de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;

IV - honorários e despesas do auditor independente;

V - emolumentos e comissões pagas por operações do **FUNDO**;

VI - honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao **FUNDO**, se for o caso;

VII – parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores de serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do **FUNDO** pelo **ADMINISTRADOR** ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembléias gerais das companhias nas quais o **FUNDO** detenha participação;

IX – despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais; e,

X – despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários.



Parágrafo Único - Outras despesas não previstas como encargos do **FUNDO**, correrão por conta do **ADMINISTRADOR**.

CAPÍTULO X DA EMISSÃO E COLOCAÇÃO DE COTAS

Artigo 20 - Na emissão das cotas é utilizado o valor da cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo cotista ao **ADMINISTRADOR** em sua sede ou dependências.

Parágrafo Primeiro – Os valores máximos e mínimos para as aplicações pelos investidores, assim como o horário limite de movimentação serão aqueles dispostos no Prospecto do **FUNDO**.

Parágrafo Segundo - O **ADMINISTRADOR** poderá, inclusive em feriados municipais e estaduais na sede do **ADMINISTRADOR**, suspender ou recusar a admissão de novos condôminos e/ou o recebimento de novos depósitos, no todo ou em parte, em defesa dos interesses do **FUNDO**, sem que para tanto necessite apresentar qualquer tipo de justificativa e desde que a suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

Parágrafo Terceiro – A suspensão do recebimento de novas aplicações em 01 (um) dia não impede a reabertura posterior do **FUNDO** para aplicações.

Artigo 21 - As cotas do **FUNDO** terão seu valor calculado diariamente, considerando-se somente os dias úteis, com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira, de acordo com o contido na legislação e regulamentação vigentes.

Parágrafo Único – O valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do **FUNDO**, apurados, ambos, no encerramento do dia, assim entendido como o horário do fechamento dos mercados em que o **FUNDO** atue.

Artigo 22 - O ingresso do condômino no **FUNDO** caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do **FUNDO**, sendo indispensável sua adesão aos termos deste Regulamento.

Artigo 23 - As cotas do **FUNDO**, que correspondem a frações ideais do mesmo, assumem a forma escritural e são mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificado, conforme o caso, podendo ser registradas no Sistema de Quotas de Fundos – SCF da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Parágrafo Único – A cota do **FUNDO** não pode ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

Artigo 24 - A aplicação em cotas do **FUNDO** será efetuada através de débito em conta de investimento, transferência eletrônica disponível – TED ou através de qualquer outra modalidade admitida pela entidade reguladora.

Artigo 25 – Na hipótese de o investidor realizar aplicação no **FUNDO** via integralização de ativos, conforme faculdade prevista no Artigo 2º deste Regulamento, a precificação destes ativos deverá estar em conformidade com a política de Marcação à Mercado estabelecida pelo **ADMINISTRADOR**, na qualidade de controlador dos ativos do **FUNDO** e deverão ser observados, cumulativamente, os seguintes critérios:

I - os títulos e valores mobiliários a serem integralizados pelo investidor devem ser compatíveis, a critério do **ADMINISTRADOR**, com a política de investimento do **FUNDO**;



II - a integralização será realizada mediante emissão de cotas em nome do investidor, concomitante à venda, pelo investidor, dos títulos e valores mobiliários, em valor correspondente ao integralizado, com base na cotação do dia (ações) ou preço de mercado (outros ativos);

III - o **ADMINISTRADOR**, assim que comunicado da intenção do investidor de integralizar cotas em ativos, verificará e analisará os ativos oferecidos, podendo recusá-los total ou parcialmente em decorrência de incompatibilidades com regulamentação aplicável, política de investimento, composição da carteira ou estratégias de gestão adotadas para o **FUNDO** pelo **ADMINISTRADOR**.

CAPÍTULO XI DA CARÊNCIA E DO RESGATE DE COTAS

Artigo 26 - Para fins de resgate, as cotas do **FUNDO** terão seu valor diariamente atualizado, contado da data da emissão das cotas.

Parágrafo Único – Os valores máximos e mínimos para resgates, assim como o horário limite de movimentação serão aqueles dispostos no Prospecto do **FUNDO**.

Artigo 27 - O resgate de cotas não se sujeita a prazo de carência e será efetivado no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao da respectiva solicitação pelo condômino, devendo ser utilizado no resgate o valor da cota em vigor no próprio dia da solicitação, observado o disposto nos parágrafos abaixo.

Parágrafo Primeiro - Quando a solicitação, conversão ou liquidação de resgate coincidir com feriado estadual e/ou municipal onde estiver sediado o **ADMINISTRADOR**, as mesmas poderão ser efetivadas no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo - Quando a data da atualização do valor da cota ocorrer em dia não útil, o resgate deve ser efetivado pelo valor em vigor no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro - No caso do **FUNDO** realizar aplicações em fundos de investimento cuja liquidação financeira do resgate não coincida com o disposto no *caput* deste Artigo, especificamente no que se refere a estas aplicações, o pagamento do resgate obedecerá a carência determinada no regulamento do fundo de investimento aplicado.

Artigo 28 – Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do **FUNDO**, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do **FUNDO** ou do conjunto de cotistas, em prejuízo destes últimos, o **ADMINISTRADOR** poderá declarar o fechamento do **FUNDO** para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembléia Geral Extraordinária, dentro dos prazos regulamentares, para a deliberação das seguintes possibilidades:

- I – substituição do **ADMINISTRADOR**, do gestor ou de ambos;
- II – reabertura ou manutenção do fechamento do **FUNDO** para resgate;
- III – possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários;
- IV – cisão do **FUNDO**; e,
- V – liquidação do **FUNDO**.

Artigo 29 - Na hipótese de, em decorrência de solicitação de resgate de cotas, existir saldo remanescente na respectiva conta de depósito, saldo este que seja inferior ao valor mínimo estabelecido pelo **ADMINISTRADOR**,



fica autorizado o **ADMINISTRADOR** a proceder ao resgate automático da totalidade das cotas da aludida conta.

Artigo 30 - O resgate de cotas do **FUNDO** será efetuado através de crédito em conta de investimento, transferência eletrônica disponível – TED ou através de qualquer outra modalidade admitida pela entidade reguladora.

Artigo 31 – Alternativamente, o resgate de cotas do **FUNDO** poderá ser efetuado através da entrega de ativos constantes da carteira do **FUNDO**, conforme faculdade prevista no Artigo 2º deste Regulamento, sendo que a precificação destes ativos deverá estar em conformidade com a política de Marcação à Mercado estabelecida pelo **ADMINISTRADOR**, na qualidade de controlador dos ativos do **FUNDO**, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

I - o resgate de cotas será realizado mediante transferência do ativo para a conta de custódia do cotista, de acordo com a cotação do dia (ações) ou preço de mercado (demais ativos);

II – o cotista poderá escolher o ativo a ser resgatado desde que os demais cotistas e o **ADMINISTRADOR** estejam de acordo com a operação e desde que esta não prejudique os demais cotistas e o desempenho do **FUNDO**.

III - o **ADMINISTRADOR**, assim que comunicado da intenção do cotista de resgatar cotas em ativos, analisará a possibilidade da operação, podendo recusá-la, total ou parcialmente, em decorrência da composição da carteira do **FUNDO**, da necessidade de manter ativos para cumprimento de enquadramentos legais ou para preservação dos interesses do **FUNDO**, haja vista o dever fiduciário do **ADMINISTRADOR** em relação aos demais cotistas;

IV - não há limites financeiros preestabelecidos para a operação de resgate em ativos, ficando a critério do **ADMINISTRADOR** a verificação da viabilidade da operação solicitada pelo cotista;

V - por ocasião do resgate em ativos, todos os cotistas e **ADMINISTRADOR**, verificada a possibilidade da operação, firmarão termo específico ou ata para formalizá-la.

Parágrafo Único - Quando o resgate de cotas do **FUNDO** for efetuado através da entrega de ativos, a tributação incidente sobre o rendimento auferido se dará em conformidade com as especificações do Capítulo XVI deste Regulamento.

CAPÍTULO XII POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Artigo 32 – A **GESTORA** adota Política de Exercício de Direito de Voto em Assembléias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Referida Política orienta as decisões da **GESTORA** em Assembléias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam ao **FUNDO** o direito de voto. Sua versão integral pode ser acessada através do site www.bnpparibas.com.br.

Parágrafo único - A Política de Exercício do Direito de Voto adotada pela **GESTORA** visa atender exclusivamente os interesses dos cotistas dos fundos, levando em conta as melhores práticas de governança. A **GESTORA** pode abster-se do exercício de voto obedecendo as exceções previstas no no Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento e na sua Política de Exercício de Voto..

CAPÍTULO XIII DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE RESULTADOS

Artigo 33 - O **ADMINISTRADOR** do **FUNDO** está obrigado a:



I – divulgar, diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do **FUNDO**;

II – remeter mensalmente aos cotistas extrato da conta, salvo se o cotista expressamente optar pelo não recebimento; e

III – disponibilizar, de forma equânime entre todos os cotistas, as informações do **FUNDO**, inclusive as relativas à composição da carteira, mensalmente e em até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referir.

Parágrafo Primeiro – Caso o **FUNDO** possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela divulgação prevista no Inciso III acima e no Parágrafo Terceiro abaixo, o demonstrativo da composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua porcentagem sobre o total da carteira.

Parágrafo Segundo – As operações omitidas com base no parágrafo anterior deverão ser colocadas à disposição dos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o encerramento do mês.

Parágrafo Terceiro – As informações relacionadas aos ativos e à composição da carteira do **FUNDO**, bem como eventuais outras informações, poderão ser disponibilizadas aos Cotistas e/ou demais interessados que assim o solicitar, via meio eletrônico, facsímile, ou correspondência, estando o referido o envio, todavia, sujeito a análise de conveniência e viabilidade por parte do **ADMINISTRADOR**.

Parágrafo Quarto – Para potenciais cotistas e demais interessados poderão ser prestadas informações relativas ao **FUNDO**, desde que disponibilizadas aos cotistas, de forma equânime, mediante solicitação na sede do **ADMINISTRADOR**.

Parágrafo Quinto – O serviço de atendimento está à disposição dos cotistas para receber e encaminhar questões relacionadas ao **FUNDO**, pelos seguintes meios:

Telefone: (11) 3049-2820;

Fax: (11) 3049-2860;

Email: mesadeatendimento@br.bnpparibas.com

Endereço para correspondência: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 – 11º andar

CEP: 04543-906 São Paulo – SP

Artigo 34 – O **ADMINISTRADOR** é obrigado a divulgar imediatamente, através de correspondência a todos os cotistas e de comunicado através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do **FUNDO** ou aos ativos integrantes de sua carteira.

Parágrafo único - Considera-se relevante qualquer ato ou fato que possa influir de modo ponderável no valor das cotas ou na decisão dos investidores de adquirir, alienar ou manter tais cotas.

CAPÍTULO XIV DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 35 – Compete privativamente à assembléia geral deliberar sobre:

I – as demonstrações contábeis apresentadas pelo **ADMINISTRADOR**;

II – a substituição do **ADMINISTRADOR**, do gestor ou do custodiante do **FUNDO**;

III – a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do **FUNDO**;

IV – o aumento da taxa de administração;



V – a alteração da política de investimentos do **FUNDO**; e,

VI – a alteração do Regulamento.

Artigo 36 – A convocação da assembleia geral deve ser feita por correspondência encaminhada a cada cotista com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência, da data de sua realização.

Parágrafo Primeiro – A correspondência de convocação deve conter obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembleia geral bem como o local onde o cotista pode examinar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da assembleia.

Parágrafo Segundo – A presença da totalidade dos cotistas supre a falta de convocação e a instalação da assembleia poderá ocorrer com a presença de qualquer número de cotistas.

Parágrafo Terceiro – O **ADMINISTRADOR**, gestor, custodiante, cotista ou grupo de cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de cotas emitidas, poderão convocar a qualquer tempo assembleia geral para deliberar sobre ordem do dia de interesse do **FUNDO** ou dos cotistas.

Artigo 37 – As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

Parágrafo Primeiro – Somente podem votar na assembleia geral os cotistas do **FUNDO** inscritos no registro de cotistas na data da convocação da assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo – As deliberações da assembleia poderão ser tomadas mediante processo de consulta formal aos cotistas do **FUNDO**, dispensando-se neste caso a necessidade de reunião do cotistas.

Parágrafo Terceiro – Os cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo **ADMINISTRADOR** antes do início da assembleia.

Artigo 38 – O **ADMINISTRADOR** deverá encaminhar a cada um dos cotistas do **FUNDO**, resumo das decisões da assembleia geral no prazo de 30 (trinta) dias após a data de sua realização, podendo ser utilizado com forma o extrato de conta.

Parágrafo Único – Caso a assembleia geral seja realizada nos últimos 10 (dez) dias do mês, a comunicação de que trata o *caput* poderá ser efetuada no extrato de conta relativo ao mês seguinte.

CAPÍTULO XV DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 39 - O **FUNDO** terá escrituração contábil destacada da relativa ao **ADMINISTRADOR**.

Artigo 40 - O exercício social do **FUNDO** tem duração de 12 (doze) meses, com início em 01 de outubro e término em 30 de setembro de cada ano.

Artigo 41 – As demonstrações contábeis devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao **ADMINISTRADOR**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras anuais do **FUNDO** serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.



CAPÍTULO XVI DA TRIBUTAÇÃO

Artigo 42 – A tributação aplicável aos cotistas do **FUNDO** e ao **FUNDO** será aquela definida pela legislação tributária brasileira. Na data de publicação deste Regulamento, as tributações aplicáveis são:

- Imposto sobre Operações Financeiras – IOF: Incidirá sobre o valor do resgate da aplicação com alíquotas decrescentes, sendo a tributação limitada ao rendimento apurado, desde o 1º (primeiro) até o 29º (vigésimo nono) dia a partir da data da aplicação.

- Imposto de Renda – Incide sobre o rendimento da aplicação, descontado o IOF, com alíquotas que vão de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento), em função do prazo de permanência da aplicação e do prazo médio da carteira do **FUNDO**.

Parágrafo Primeiro - Caso o prazo médio da carteira de títulos do **FUNDO**, definido de acordo com a legislação aplicável, seja inferior à 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as alíquotas aplicáveis são:

I – 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II – 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 181 (cento e oitenta e um) dias.

Independentemente de resgates de cotas, incidirá IR sobre os rendimentos no último dia dos meses de maio e novembro de cada ano à alíquota de 20% (vinte por cento). Por ocasião dos resgates de cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos itens I e II acima.

Parágrafo Segundo - Caso o prazo médio da carteira de títulos do **FUNDO**, definido de acordo com a legislação aplicável, seja superior à 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as alíquotas aplicáveis são:

I – 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II – 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um dias) até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV – 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

Independentemente de resgates de cotas, incidirá IR sobre os rendimentos no último dia dos meses de maio e novembro de cada ano à alíquota de 15% (quinze por cento). Por ocasião dos resgates de cotas será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos itens I a IV acima.

Artigo 43 – O **ADMINISTRADOR** buscará, em conjunto com os objetivos de investimento do **FUNDO**, manter o prazo médio da carteira adequado ao Parágrafo Segundo do Artigo 42. Não obstante, em função de condições de mercado e baseado na sua avaliação da conjuntura, o **ADMINISTRADOR** poderá reduzir o prazo médio da carteira como estratégia de redução de risco da carteira do **FUNDO**. Neste caso, a tributação do **FUNDO** poderá ser a prevista no Parágrafo Primeiro do Artigo 42.

Artigo 44 – Pode haver tratamento tributário diferente de acordo com a natureza jurídica do cotista ou de acordo com a natureza da operação contratada pelo **FUNDO**. O cotista que de acordo com a legislação fiscal e tributária não estiver sujeito à tributação do Imposto de Renda e do IOF por motivo de isenção, tributação pela alíquota zero, imunidade e outros, deverá apresentar ao **ADMINISTRADOR** documentação comprobatória da sua situação tributária conforme as determinações da legislação.



CAPÍTULO XVII DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 45 - O **FUNDO**, incorporará dividendos, juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos e/ou operações que integrem a carteira do **FUNDO**, ao seu patrimônio líquido.

CAPÍTULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 46 - O **ADMINISTRADOR** e qualquer empresa pertencente ao mesmo grupo econômico do **ADMINISTRADOR**, bem como seus diretores, gerentes e funcionários, poderão ter posições em, ou subscrever, ou operar com um ou mais títulos e valores mobiliários com os quais o **FUNDO** opere ou venha operar.

Artigo 47 - O **FUNDO** realizará as operações através de instituições autorizadas a operar no mercado de títulos e valores mobiliários, ligadas ou não a empresas que pertencem ao mesmo grupo econômico do **ADMINISTRADOR**, podendo adquirir, inclusive, títulos em novos lançamentos registrados para oferta pública ou privada que sejam coordenados, liberados ou de que participem as referidas empresas.

Artigo 48 – Em caso de morte, incapacidade ou extinção de cotista do **FUNDO**, o representante do espólio, do incapaz ou do sucessor exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o **ADMINISTRADOR**, que cabiam ao *de cujus* ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

Artigo 49 - Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao **FUNDO**, bem como questões decorrentes deste Regulamento.

São Paulo, 08 de Março de 2011.



**TERMO DE ADESÃO E RECEBIMENTO DE REGULAMENTO E PROSPECTO DO
BNP PARIBAS T1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA
FIXA
CNPJ/MF Nº 09.636.433/0001-02**

A(s) pessoa(s) ao final identificada(s), doravante denominada(s) simplesmente “COTISTA(S)”, pelo presente instrumento, decide(m) ingressar como cotista(s) do fundo de investimento acima identificado, doravante denominado simplesmente “**FUNDO**”, pelo que firma(m) o presente Termo de Adesão e Recebimento de Regulamento e Prospecto, declarando expressamente conhecer(em) as normas contidas na legislação pertinente, bem como no Regulamento do **FUNDO**, aderindo formalmente às suas disposições através do presente ato.

Por oportuno, o(s) COTISTA(S) declara(m):

- a) ter(em) recebido, lido atentamente, tomado conhecimento do significado dos termos técnicos constantes do Regulamento e Prospecto, estando ciente da política de investimento e do grau de risco envolvido nas operações realizadas pelo FUNDO;
- b) ter(em) sido sanadas suas eventuais dúvidas;
- c) conseqüentemente que compreendeu(deram) e aceitou(taram) o Regulamento e Prospecto do FUNDO.

Por tais motivos e em atendimento às determinações da Comissão de Valores Mobiliários, o(s) COTISTA(S) firma(m) o presente termo, também declara(m)-se ciente(s) de que:

- d) as aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da instituição administradora, do gestor, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer mecanismo de seguro;
- e) a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros;
- f) poderá ocorrer a perda do capital investido, em decorrência da política de investimentos adotada pelo gestor nos fundos de investimento em que o FUNDO aplica.

..... de de

COTISTA (Titular):

Razão Social / Nome:
CNPJ / CPF:

COTISTA (Co-Titular):

Razão Social / Nome:
CNPJ / CPF:



ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE INVESTIDOR QUALIFICADO

Ao assinar este Termo estou afirmando minha condição de investidor qualificado e declarando possuir conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais suficiente para que não me sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos investidores não-qualificados.

Tenho ciência de que o administrador do fundo de investimento do qual participarei como investidor qualificado poderá, nos termos da legislação em vigor, entre outras coisas:

I – Admitir a utilização de títulos e valores mobiliários na integralização e resgate de cotas;

II – Dispensar a elaboração de Prospecto;

III – Cobrar taxa de Performance conforme estabelecido no regulamento; e

IV – Estabelecer prazos para conversão (apuração no valor da cota) e para pagamento de resgates diferentes daqueles o previsto na Instrução CVM 409/04 e alterações posteriores.

Como investidor qualificado atesto ser capaz de entender, poderar e assumir os riscos financeiros relacionados à aplicação de meus recursos em um fundo de investimento destinado a investidores qualificados.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

(Nome do investidor)